

8º Congresso Brasileiro de Sociologia

26 a 29 de julho de 2017

Brasília, DF

GT 6 - Ocupações e Profissões

**A autonomia profissional do jornalista brasileiro:  
ideais e práticas nos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*,  
*O Globo* e *Zero Hora***

**Aldo Antonio Schmitz**

Universidade Federal de Santa Catarina

Sociologia Política

**A autonomia profissional do jornalista brasileiro:  
ideais e práticas nos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*,  
*O Globo* e *Zero Hora***

**Aldo Schmitz<sup>1</sup>**

O propósito deste artigo é analisar e estimar o grau de autonomia profissional do jornalista brasileiro a partir das suas percepções dos ideais jornalísticos em comparação às práticas comuns no trabalho na *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Zero Hora*, aferidas pela pesquisa internacional *Journalistic role performance around the globe*<sup>2</sup>, que apura a distância entre as representações sobre o papel da profissão e as práticas cotidianas dos jornalistas. O objetivo é estimar o grau de autonomia, por índices que comprovam a sua maior ou menor independência, em particular a sua capacidade de resistir às influências políticas, aos constrangimentos econômicos e organizacionais e às interferências do público, conforme propõe Bourdieu (2005, p. 44):

Para um jornalista, o grau de autonomia depende de sua posição no campo jornalístico, o que significa, por exemplo, a sua autodeterminação. Assim, pode-se estabelecer índices de autonomia, que se supõe, permite prever a maneira como os agentes se comportarem, em particular a sua capacidade de resistir às imposições do Estado ou da economia. A liberdade não é uma propriedade que cai do céu; ela tem seus graus, que dependem da posição ocupada nos jogos sociais.

Ao comparar as concepções dos papéis, mapear as (des)conexões entre as práticas e ideais do jornalismo, o artigo estima uma relativa autonomia profissional do jornalista, mas em que grau?

O artigo revisa as concepções de autonomia, a partir de Kant (2009), Bourdieu (2002, 2007) e Weber (2004, 2014) e agrega o tema ao campo jornalístico, em especial o grau de autonomia profissional do jornalista na visão de Bourdieu (1994, 1997, 2004, 2005), Weber (2005, 2013) e Accardo (2007). Os valores e práticas profissionais são analisados à luz dos dados levantados pela enquete do projeto internacional *Journalistic role performance around the*

---

1 Doutorando em Sociologia Política na UFSC. E-mail: aldoschmitz@gmail.com

2 O autor integra a equipe de pesquisadores da Etapa Brasil desta pesquisa, realizada no período de 2014 a 2016, com apoio do CNPq.

*globe* (JRP, 2014), que compara os ideais e as práticas profissionais. Essas informações serviram de ponto de partida para estimar o grau de autonomia do jornalista brasileiro.

### **Os princípios da autonomia**

A etimologia de “autonomia” deriva de duas palavras do Grego, o adjetivo “*autós*”, que significa “próprio, si mesmo” e “*nomos*”, que pode ser traduzido como “intuição normativa”, no sentido de optar, tomar decisões e agir em consequência dessas escolhas. O conceito remonta a Aristóteles, que relaciona a autonomia à soberania, ou seja, “quanto mais autônomo, mais soberano”, e vice-versa. Kant transpassa esse conceito e associa autonomia à vontade - o ato de querer ou o “princípio supremo da moralidade” - e ao “reino dos fins”:

Autonomia da vontade é propriedade da vontade pelo qual ela é uma lei para si mesma (independentemente de qualquer dos objetos da volição). O princípio da autonomia e, portanto: jamais escolher senão de modo que as máximas da escolha estejam ao mesmo tempo compreendidas no mesmo querer como lei universal (KANT, 2009, p. 44).

Para ele a autonomia se opõe à *heteronomia* (princípio ilegítimo da moralidade). E a vontade “absolutamente boa” fixa-se no racional ou na “razão pura prática”. Desse modo, um indivíduo faz suas escolhas racionais conforme os meios para atingir algum fim, a que Kant denomina de “reino dos fins” - se dito por Weber (2014), uma “ação social racional quanto aos fins” -, em que o indivíduo estabelece a possibilidade de alcançar certos objetivos, enquanto busca formas mais adequadas para atingi-los. Desse modo, para Kant (2009) a autonomia é um valor universal, “o princípio da dignidade da natureza humana, bem como de toda natureza racional”.

A heteronomia é vista por Kant como uma sujeição da vontade às leis impostas e determinadas, uma coação moral, em vez da sujeição às leis ditadas pela consciência moral, de forma livre e autônoma. Porquanto, a autonomia ocorre na ação individual e implica sociabilidade, moralidade e escolha racional. “Em suma, importa que a razão prática (a vontade) não se limite a administrar um interesse estranho, mas que manifeste unicamente sua própria autoridade imperativa, como legislação suprema”, arremata Kant (2009).

Essa autonomia não se reduz à independência funcional, constituída pela recusa da subordinação ou sujeição e controle. Para Bourdieu (2002, p. 68), “os

caminhos da autonomia são complexos, se não intransponíveis”, por isso se estabelece parâmetros de seu maior ou menor grau ou “fração” dela em determinados aspectos. A “plena autonomia” – se existisse – se traduziria em “liberdade moral ou intelectual”, conferida na forma, na maneira e no estilo do “indivíduo” em relação ao exterior, ou seja, a liberdade “de representar, significar e dizer algo. É, ao mesmo tempo, recusar o reconhecimento de qualquer outra necessidade” (BOURDIEU, 2007, p. 11), enfim, ser capaz de impor suas próprias normas, tanto na produção, quanto no seu consumo.

Ainda segundo Bourdieu (2002, p. 249), o grau de autonomia de um campo pode ser medido pelo “efeito de *refração*<sup>3</sup> que sua lógica específica impõe às influências ou aos comandos externos e à transformação, ou mesmo transfiguração, por que faz passar as representações e as imposições”. Assim, a autonomia depende do estado das relações de força e “varia consideravelmente segundo as épocas e as tradições nacionais”. Portanto, “o grau de autonomia é sempre frágil e ameaçado, na medida em que constitui um desafio às leis do mundo econômico ordinário, e às regras do senso comum” (BOURDIEU, 2002, p. 378).

Nas palavras de Weber (2014, p. 31), “autonomia significa, em oposição à heteronomia, que a ordem não é instituída por estranhos, mas pelos próprios membros enquanto tais (não importando a forma em que isto se realize)”, porém “depende do *grau* efetivo de independência na orientação das ações”, da sua relativa (mais ou menos) e limitada (maior ou menor) interdependência. Esse pensador considera uma “ação ou relação associativa” autônoma (autocéfala) pura, quando os agentes “do próprio quadro” são “livres”: não no sentido da liberdade de dominação violenta, mas sim, na ausência de poder, afinal a autonomia requer “travar duro combate contra um mundo de forças hostis” (WEBER, 2004, p. 49).

### **Autonomia profissional do jornalista**

Por “autonomia jornalística” não se entende “liberdade de imprensa” nem do “poder do jornalista” e menos ainda do jornalismo como “quarto poder”, mas a influência sobre os mecanismos do campo jornalístico, cada vez mais sujeito às exigências da sociedade e do mercado (leitores, audiência, anunciantes) em primeiro lugar sobre o jornalista e, em seguida, em parte por meio dele, sobre

<sup>3</sup> Reprodução das pressões e demandas externas.

os diferentes campos. Enfim, o jornalismo como um campo está sob a pressão dos “efeitos da intrusão” à lógica comercial, política, cultural etc. (BOURDIEU, 1994).

Bourdieu (1997, p. 89) considera que, para conquistar autonomia, é preciso construir uma “espécie de torre de marfim no interior da qual se julga, se critica, se combate mesmo, mas com conhecimento de causa; há confronto, mas com armas, instrumentos científicos, técnicas e métodos”. Assim, se o campo jornalístico fosse realmente autônomo seria soberano, “significa dizer que o que nele se passa não pode ser compreendido de maneira direta a partir de fatores externos” e de sua lógica interna de um pensamento autônomo próprio, criativo e livre. Portanto, “uma das características que mais diferencia os campos é o *grau de autonomia* e, ao mesmo tempo, a força e a forma do requisito de admissão imposto aos recém-chegados” (BOURDIEU, 2004, p. 70).

Incessantemente Bourdieu (1994, 1997, 2005) enfatiza que o campo jornalístico é “relativamente autônomo” devido à heteronomia de campos vizinhos. Essa noção se replica em Accardo (2007, p. 53), pois o campo jornalístico “está constantemente à *deriva em heteronomia*, isto é, não só porque sua autonomia é atacada do lado de fora por invasões brutais ou insidiosas de economicismo arrogante e dominador”. Quando se examina um campo social específico, deve-se considerar o seu grau de autonomia em relação a outras forças sociais – no caso do campo jornalístico –, se elas “permitem a autonomia relativa, onde se supõe exercer seu princípio de legitimidade no trabalho de investigação contundente e destemida busca pela verdade” (ACCARDO, 2007, p. 66).

Também Weber (2005, 2013) trata das interferências organizacionais, políticas e econômicas sobre a (in)dependência do jornalista, como um processo de racionalização e individualismo, traços dominantes no capitalismo moderno, que promove uma relativa autonomia em vários campos, inclusive do jornalismo, impondo a convivência com os paradoxos da profissão. Historicamente, o jornalista ampliou o seu espaço de atuação e autonomia nos séculos 19 e 20, mas neste, pouco se sabe. Weber (2005, p. 14-15) ilustra bem esta transformação, em especial no embate entre os campos jornalístico e político<sup>4</sup>:

---

4 Extrato da palestra proferida em 1910 no primeiro congresso da Sociedade Alemã de Sociologia (DGS - Deutsche Gesellschaft für Soziologie).

Se há 150 anos o parlamento inglês obrigava os jornalistas a pedirem perdão de joelhos pelo *breach of privilege*<sup>5</sup>, quando informavam sobre a sessão, e se atualmente a imprensa, com a simples ameaça de não divulgar o discurso dos deputados põe de joelhos ao parlamento, então evidentemente alguma coisa mudou, tanto na concepção do parlamentarismo como na posição da imprensa.

O campo jornalístico, difuso e relativamente autônomo, abriga uma profissão cujos limites são imprecisos. Na perspectiva de Ruelan e Adghirni (2009, p. 12), “o jornalismo é uma prática social de produção discursiva antes de ser uma profissão” e para os autores essa “relação estável entre atores especiais e atividades distintas funda o mito da autonomia e da independência”. Existe um hábito de linguagem da classe em se autodenominar “jornalista profissional”. Esta expressão pleonástica revela a dificuldade em delimitar “profissão” no campo jornalístico e enfatiza o caráter autônomo, especializado e exclusivo que se quer dar à atividade, em especial com o fim da obrigatoriedade do diploma para o exercício da “profissão” no Brasil, a partir de 2009.

Essa condição está relacionada aos ideais e práticas comuns no trabalho. A polaridade entre caos, como incerteza (*prática*) e ordem (*ideal*) no sentido de “controle social”, está amparada no *habitus* profissional, que permite ao jornalista agir em situações imprevistas e em contínua mudança. Nisso se estabelece uma “ação social racional com relação a valores”, de acordo com as suas convicções e naquilo que crê ser correto (WEBER, 2001). Trata-se de um *habitus* de classe, como forma incorporada da condição de classe e do condicionamento homogêneo, embora falíveis, conforme Bourdieu (2007, p. 97). Esse *habitus* refere-se à capacidade de operar, de forma prática, as rotinas construídas ao longo de uma trajetória, uma “interiorização do exterior”.

### **Ideais e práticas profissionais**

Kovach e Rosenstiel (2003, p. 22-23) indicam os ideais do jornalismo, a partir de uma pesquisa com três mil pessoas e depoimentos de trezentos jornalistas americanos:

1. A primeira obrigação do jornalismo é com a verdade.
2. Sua primeira lealdade é com os cidadãos.
3. Sua essência é a

---

<sup>5</sup> Desde 1510 os anais das câmaras dos Lordes e dos Comuns eram secretos, até que em janeiro de 1711, o “panfletário francês” Abel Boyer começou a vender para os jornais o teor dos atos parlamentares. Em 1738, o parlamento declarou a divulgação de seus atos “uma indignidade e violação notória de privilégio” e em 1771 criou seu órgão oficial, o *Hansard* (PARLIAMENT, 2017).

disciplina da verificação. 4. Seus praticantes devem manter independência daqueles a quem cobrem. 5. O jornalismo deve ser um monitor independente do poder. 6. Deve abrir espaço para a crítica e o compromisso público. 7. Tem de se empenhar para apresentar o que é significativo de forma interessante e relevante. 8. O jornalismo deve apresentar as notícias de forma compreensível e proporcional. 9. Os jornalistas devem ser livres para trabalhar de acordo com sua consciência.

As práticas profissionais estão relacionadas à concretização desses ideais, associadas às técnicas que viabilizam a sua realização, como a objetividade, que “consiste basicamente em descrever os fatos tal como aparecem; é, na realidade, um abandono consciente das interpretações, ou do diálogo com a realidade, para extrair desta apenas o que se evidencia” (LAGE, 2012, p. 32), além da apuração dos fatos, tipos de entrevistas, relações com as fontes, redação, edição etc.

A percepção do jornalista sobre o seu papel social tem merecido pesquisas internacionais, a exemplo do projeto *Journalistic role performance around the globe* (JRP, 2014), ao propor um estudo da cultura jornalística que, diferente das demais pesquisas, compara os ideais e as práticas jornalísticas, ou seja, aquilo que o jornalista diz fazer e o que realmente faz. Realizado em 19 países, de todos os continentes, entre 2014 e 2016, a etapa Brasil é formada por pesquisadores colaboradores e efetivos, entre os quais o autor deste artigo, das universidades federais de Santa Catarina (UFSC) e de Brasília (UnB), no âmbito do Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro), da UFSC.

No Brasil, o levantamento delimita-se ao universo de jornalistas que atuam nos quatro principais jornais nacionais e regionais de maior tiragem<sup>6</sup> (Tabela 1). Na primeira etapa realizou-se o levantamento de dados em cerca de 3 mil itens noticiosos, produzidos por 604 jornalistas, que foram convidados a responder uma pesquisa *survey*. Destes, 122 (20%) responderam à extensa enquete de 76 questões via internet (SurveyMonkey e e-mail) ou presencial (32%). Este artigo deriva da coleta dos dados deste *survey*, no qual um dos objetivos é compreender o grau de autonomia dos jornalistas nos papéis profissionais que consideram importantes e nas práticas comuns no trabalho jornalístico.

---

<sup>6</sup> Jornais populares locais, entre as maiores tiragens – não foram contemplados no estudo internacional: *Super Notícia*, MG (1º - 249.297) e *Daqui*, GO (5º - 153.049).

TABELA 1 – Perfil dos jornais diários pesquisados

<b>Título</b>	<b>Sigla</b>	<b>Fund</b>	<b>Tiragem<sup>1</sup></b>	<b>Grupo</b>	<b>Controle<sup>2</sup></b>	<b>Orientação política</b>
O Globo	OG	1925	2º-193.079	Globo	Marinho	Centro-direita, liberal
Folha de S.Paulo	FSP	1921	3º-189.254	Folha	Frias	Centro, liberal
O Estado de S.Paulo	OESP	1875	4º-157.761	Estado	Mesquita	Centro-direita conservador
Zero Hora	ZH	1964	6º-152.573	RBS	Sirotsky	Centro-direita, liberal

<sup>1</sup> Média de circulação diária impressa em 2016 (Fonte: Associação Nacional dos Jornais)

<sup>2</sup> Controle familiar

Algumas perguntas são demográficas. Do universo de 122 jornalistas, 36,9% são de OG (45), 27,8% do OESP (34), 19,7% da FSP (24) e 15,6% da ZH (19). Do total, cerca de 70% atuam em editorias específicas, como política (28,7%) e economia (26,2%), onde produzem uma média de 7,3 textos por semana. A maioria é repórter (73%) e editor (10,7%) e trabalha em período integral (83%), com uma média de 17 anos e meio na profissão e 9 anos no emprego, à época. A média de idade é 40 anos. Embora os dados do mercado (MICK, LIMA, 2013) aponte que a maioria dos jornalistas brasileiros é do sexo feminino (64%), inversamente, 66% dos respondentes da enquete são do sexo masculino. Do total, 98% são graduados em jornalismo, alguns com mestrado (14,8%) e doutorado (3,2%). A maioria declina posição política de centro.

O questionário é dividido em cinco tópicos: importância e práticas comuns no trabalho jornalístico, funções do jornalismo na sociedade, práticas no trabalho jornalístico, aspectos importantes na informação e perfil dos participantes. Os dois primeiros fazem uma correlação entre o que é importante para o jornalista (A) e aquilo que é comum no seu trabalho (B), numa escala de 1 (nada), 2 (não muito), 3 (um pouco), 4 (muito) e 5 (extremamente). Sem comparar, esta escala também é aplicada nos outros itens, exceto no perfil.

Na Tabela 2, os maiores índices estão em “questionar o que indivíduos ou grupos poderosos dizem ou fazem”. Essa é uma das premissas do jornalismo. Em geral as perguntas são carregadas de segundas intenções, o que pode constranger as fontes. Mas trata-se de um processo elementar, para que a fonte diga aquilo que não estaria disposta a revelar. Os repórteres sabem que os indivíduos, em especial os “grupos poderosos”, seguem um modo singular de responder, com base nos seus interesses, não necessariamente na verdade. Por isso, para 93% dos jornalistas respondentes é extremamente



importante questionar, embora na prática, esse percentual se reduz a 79%. A FSP apresenta uma maior autonomia neste quesito e a ZH, a menor, embora em OG ocorra a menor diferença entre o que é importante para o jornalista e a prática diária.

As interferências dos campos político, econômico e social, que a pesquisa classifica como “grupos poderosos”, levam os jornalistas a articular a sua capacidade de resistir às influências políticas e aos constrangimentos econômicos, principalmente. Um dos pontos refere-se a “acusar indivíduos ou grupos poderosos de reter informações importantes”, com destaque para a FSP - 4,4 (importante) e 3,7 (prática). Quando a fonte se limita a emitir notas oficiais, usar advogados como porta-vozes e dizer “nada a declarar”, geralmente tem mais a esconder do que a declarar. Evidencia-se a sua estratégia nitidamente preventiva e defensiva. Por isso, cabe ao jornalista denunciar quem retém informações por interesses próprios ou escusos.

Em decorrência disso, cabe também ao jornalista “incluir informações sobre processos de indivíduos ou grupos poderosos”. Novamente a FSP apresenta o maior índice - 4,6 (importante) e 3,8 (prática). Há uma nítida redução do jornalismo investigativo e uma acomodação nas redações, pois o jornalista não vai às fontes, são elas que fornecem conteúdos jornalísticos prontos. Isso reduz a prática de “informar sobre abuso de poder ou irregularidades em investigação própria” (A: 4,5 e B: 3,4 ≠ 1,1, no geral) e “citar fontes que questionam, criticam ou acusam irregularidades” (A: 4,3 e B: 3,8 ≠ 0,5). O jornalismo contemporâneo limita-se a relatar a investigação dos outros (Ministério Público, Polícia Federal etc.) e, na maioria das vezes, não expõe “conflitos entre os jornalistas/a mídia e indivíduos ou grupos poderosos”. Neste quesito ocorrem as menores taxas de toda a pesquisa – A: 3,4 e B: 2,5 ≠ 0,9 -, pois é comum o jornalista ou a organização de mídia não relatar os confrontos com as fontes, por uma hegemonia de interesses.

A diversidade de fontes é um dos princípios do jornalismo. Além de apresentar diferentes pontos de vista, trata-se da busca pela verdade ou versões dela, confrontada por fontes antagônicas, homogêneas ou independentes, capazes de avaliar os conteúdos. Isso significa “incluir novas vozes de organizações ou grupos de cidadãos” (A: 4,4 e B: 3,5, com elevada diferença de 0,9) e “incluir diferentes perspectivas ideológicas, políticas,

religiosas, étnicas e/ou culturais”. Este item apresenta a maior disparidade de toda a pesquisa, 1,1 ponto – A: 4,5 e B: 3,4 - entre o que é importante e a prática, respectivamente.

O público espera do jornalismo uma prestação de serviço e o jornalista justifica o que faz pelo serviço que presta ao cidadão e ao interesse público, que supostamente defende. Em contrapartida há uma lógica mercantil na rotina do trabalho jornalístico, que consiste em selecionar as informações que supostamente terão maior audiência. Desse modo, o público recebe a notícia crente de que “pediu o produto” que consome. Há, portanto, um cinismo em tomar a si a responsabilidade de “indicar como um acontecimento ou ação pode influenciar as vidas das pessoas” (A: 4,5 e B: 3,9  $\neq$  0,6), “instruir as pessoas sobre seus deveres e direitos econômicos, sociais e/ou políticos” (A: 4,3 e B: 3,5  $\neq$  0,8) e “fornecer dicas e orientações práticas para o público lidar com problemas da vida cotidiana” (A: 4 e B: 3,4  $\neq$  0,6). Nestes itens distingue-se os jornalistas de OESP e ZH.

Considerada toda esta questão, no OESP há uma percepção maior dos próprios valores, no entanto a maior diferença (0,86) entre a autonomia distinguida intuitivamente para si e a praticada. A menor desigualdade observa-se em OG e ZH, de 0,67, enquanto a FSP fica no intermediário (0,73), praticamente idêntica à média geral, a autonomia almejada, de 4,01 pontos, contrapondo-se à praticada, 3,28, ou seja, a mesma diferença de 0,73 ponto. OG aponta o maior índice (A: 4,7 e B: 4  $\neq$  0,7) no quesito “questionar o que indivíduos ou grupos poderosos dizem ou fazem”. O menor índice cabe a ZH, (A: 3 e B: 2,2  $\neq$  0,8) na questão “expor conflitos entre os jornalistas/a mídia e indivíduos ou grupos poderosos”.

TABELA 2 – Importância (A) e práticas (B) comuns do trabalho jornalístico

Importância e práticas jornalísticas	FSP		OESP		OG		ZH		Geral	
	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B
Questionar o que indivíduos ou grupos poderosos dizem ou fazem	4,7	4,1	4,7	4,1	4,7	4,0	4,5	3,5	4,7	4,0
Incluir novas vozes de organizações ou grupos de cidadãos	4,5	3,4	4,2	3,3	4,5	3,6	4,3	3,4	4,4	3,5
Indicar como um acontecimento ou ação pode influenciar as vidas das pessoas	4,3	3,6	4,5	4,0	4,5	4,1	4,6	3,9	4,5	3,9
Acusar indivíduos ou grupos poderosos	4,4	3,7	4,3	3,5	4,0	3,2	4,0	2,9	4,2	3,3

Importância e práticas jornalísticas	FSP		OESP		OG		ZH		Geral	
	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B
de reter informações importantes										
Incluir informações sobre processos de indivíduos ou grupos poderosos	4,6	3,8	4,4	3,7	4,2	3,5	3,8	3,3	4,3	3,6
Instruir as pessoas sobre seus deveres e direitos econômicos, sociais, políticos	4,3	3,5	4,7	3,7	4,2	3,4	4,2	3,7	4,3	3,5
Fornecer dicas e orientações práticas para o público sobre a vida cotidiana	4,0	3,4	4,2	3,4	3,9	3,4	3,9	3,5	4,0	3,4
Expôr conflitos entre os jornalistas/a mídia e indivíduos ou grupos poderosos	3,4	2,8	3,8	2,7	3,4	2,4	3,0	2,2	3,4	2,5
Informar sobre abuso de poder ou irregularidades em investigação própria	4,4	3,5	4,7	3,0	4,4	3,6	4,5	3,6	4,5	3,4
Explicar as causas, significados ou consequências de acontecimentos	4,5	3,8	4,7	4,0	4,6	4,2	4,7	4,3	4,6	4,1
Citar fontes que questionam, criticam ou acusam irregularidades	4,7	4,1	4,5	3,8	4,2	3,6	4,0	3,7	4,3	3,8
Apresentar contexto e informação de bastidores sobre eventos políticos	3,9	3,7	4,3	3,8	4,2	3,7	4,5	3,8	4,2	3,8
Mencionar o impacto de decisões políticas, além da capital	4,5	3,0	4,3	3,1	4,2	3,2	4,3	3,3	4,3	3,2
Incluir diferentes perspectivas ideológicas, políticas, religiosas, étnicas	4,6	3,6	4,6	3,1	4,4	3,5	4,3	3,3	4,5	3,4
<b>SUB-TOTAL - MÉDIA</b>	<b>4,1</b>	<b>3,3</b>	<b>4,1</b>	<b>3,3</b>	<b>4,0</b>	<b>3,3</b>	<b>3,9</b>	<b>3,2</b>	<b>4,0</b>	<b>3,3</b>

Na Tabela 3 seguem os comparativos anteriores: o que o jornalista considera importante (A) e a prática comum (B), desta feita em relação às funções do jornalismo na sociedade. Para os jornalistas a autonomia constitui uma das bases da sua legitimidade, pois há um mandato habilitado por um contrato social tácito, que legitima e delega ao jornalista a tarefa de representar o público perante os diversos poderes, para que estes prestem conta à sociedade. Dessa forma, o jornalismo monitora a “temperatura cultural” da sociedade.

O quesito “monitorar e fiscalizar líderes políticos” - A: 4,7 e B: 3,9  $\neq$  0,8 - enquadra-se nos ideais do jornalismo. Para levar adiante esse papel, o jornalista precisa manter independência das fontes. Nisso se entrelaçam os estatutos de independência e autonomia, relacionados aos valores do rigor, da insubmissão às fontes e às suas pressões. Isso permite que atue “como fiscal (*watchdog*) em nome da sociedade civil”, no que os jornalistas consideram que têm “muita” autonomia (4,5 pontos), mas na prática é “um pouco” dele (3,7). Essa discrepância confirma que o tema domina as normas e o imaginário dos

jornalistas brasileiros, referenciado pelo modelo *watchdog* americano. É comum o esmero em divulgar as investigações judiciais, mas os jornalistas pouco investigam. Repetem um discurso entediante das fontes em negar o envolvimento em crimes já comprovados.

Quanto a “monitorar os negócios” (A: 3,5 e B: 3 ≠ 0,5) evidencia a influência e os constrangimentos por parte do campo econômico em impor a própria vontade com pouca relutância dos jornalistas. Isso resulta em autonomia consentida pela organização de mídia, a partir da lógica da audiência (leitores, assinantes e anunciantes) que, por sustentar o emprego, provoca um autocontrole do jornalista em não monitorar com total volição os desvios de conduta de empresas e empresários.

“Ser um observador imparcial”. Trata-se de um alarde da profissão, expresso em “manuais práticos” e nos deveres dos jornalistas. A imparcialidade e a neutralidade são os ideais mais prezados. Por isso, o elevado grau de autonomia percebida de 4,4 pontos, enquanto reduz para 3,4 na prática diária, sendo a segunda maior diferença geral de toda a pesquisa, 1 ponto, ainda mais acentuada na FSP: 1,13 ponto (A: 4,7 e B: 3,6). Este ajuste faz emergir práticas singulares, transformadas em ideologia profissional para reforçar uma autonomia pretendida e uma deontologia coletiva, pois há um limite confuso entre “ser imparcial” e interpretar os fatos.

A opinião pública se forma periodicamente, a partir de posições e atitudes mutantes, mais ou menos coesas e conflitantes. A possibilidade de o jornalista “influenciar a opinião pública” está no seu poder de tornar visível o invisível, sem forçar ninguém a participar. No entanto, abre-se um espaço de manobras nos ajustes, o que pode tornar a mídia a própria opinião pública. Mas a maioria dos jornalistas não admite o poder de manipular a opinião pública, confirmado pelo menor índice de relevância (3,) e a única diferença negativa (-0,5), ainda maior na ZH (A: 2,7 e B: 3,3 ≠ -0,6).

O jornalista oferece lealdade aos cidadãos, embora o compromisso seja com o seu público. Esse discurso social de fidelidade tem como fim a autolegitimação do trabalho e o lastro do seu capital social. Busca convencer de que as suas funções práticas são importantes e necessárias para a sociedade, contra a força e o arbítrio, por isso merecem reconhecimento e proteção. Essas funções práticas habilitam o jornalista a oferecer o seguinte: “análises de

assuntos atuais” (A: 4,5 e B: 3,9  $\neq$  0,6), “informações de que as pessoas precisam para tomar decisões políticas” (A: 4,3 e B: 3,4  $\neq$  0,9), “conselhos e orientações em problemas da vida diária” (A: 3,3 e B: 3  $\neq$  0,3), além de prover “à audiência a informação mais interessante” (A: 4,2 e B: 3,6  $\neq$  0,6). Nota-se que os jornalistas arrogam “muita” (4) autonomia nesses papéis, embora seja “pouco” (3,5) comum no dia a dia. Essas questões destoam na defesa da “mudança social” (3,8 e B: 2,8  $\neq$  1) e na influência “nas decisões de políticas públicas” (A: 3,7 e B: 3,4  $\neq$  0,3), ainda que roguem capacidade para “promover a tolerância e a diversidade cultural” (A: 4,6 e B: 3,5  $\neq$  1,1).

TABELA 3 – Funções do jornalismo: importância (A) e prática (B)

Funções do jornalismo	FSP		OESP		OG		ZH		Geral	
	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B
Monitorar e fiscalizar líderes políticos	4,6	4,0	4,7	3,8	4,8	4,0	4,7	4,1	4,7	4,0
Fornecer análises de assuntos atuais	4,4	3,6	4,7	3,7	4,5	4,1	4,7	4,1	4,5	3,9
Fornecer conselhos e orientações em problemas da vida diária	3,3	2,6	3,3	2,9	3,2	3,1	3,6	3,3	3,3	3,0
Fornecer informações de que as pessoas precisam para tomar decisões políticas	3,9	3,0	4,2	3,2	4,5	3,6	4,3	3,6	4,3	3,4
Influenciar a opinião pública	3,0	3,6	3,2	3,3	3,0	3,6	2,7	3,3	3,0	3,5
Influenciar nas decisões de políticas públicas	3,8	3,4	3,7	3,4	3,8	3,6	3,6	3,1	3,7	3,4
Ser um observador imparcial	4,7	3,6	4,4	3,2	4,2	3,4	4,6	3,7	4,4	3,4
Monitorar negócios	4,1	3,3	3,3	2,7	3,2	3,1	3,4	2,8	3,5	3,0
Fornecer à audiência a informação mais interessante	3,8	3,4	4,1	3,5	4,3	3,8	4,5	4,0	4,2	3,6
Atuar como fiscal ( <i>watchdog</i> ) em nome da sociedade civil	4,8	3,8	4,4	3,5	4,4	3,8	4,6	3,6	4,5	3,7
Promover a tolerância e a diversidade cultural	4,5	3,3	4,6	3,2	4,6	3,9	4,6	3,6	4,6	3,5
Defender a mudança social	3,6	2,9	3,7	2,7	4,0	2,9	3,8	2,8	3,8	2,8
<b>SUB-TOTAL - MÉDIA</b>	<b>4,0</b>	<b>3,4</b>	<b>4,0</b>	<b>3,3</b>	<b>4,0</b>	<b>3,6</b>	<b>4,1</b>	<b>3,5</b>	<b>4,0</b>	<b>3,4</b>

A pesquisa mostra uma contiguidade entre os tópicos (Tabelas 2 e 3) nos índices gerais (A: 4/4 e B: 3,3/3,4, respectivamente). Entre os profissionais dos jornais há uma diferença mínima de 0,1 (A) ponto apenas e de 0,3 (B). Observa-se uma estreita correlação da autonomia entre as funções do jornalismo na sociedade e a importância e práticas no trabalho jornalístico, conforme a Tabela 4. Portanto, valida-se a ideia de uma autonomia homogênea entre os jornalistas, independentemente da mídia onde atuam. As tabelas seguintes complementam os tópicos anteriores.

TABELA 4 – Importância e práticas comuns e funções do jornalismo

Importância e práticas x funções	FSP		OESP		OG		ZH		Geral	
	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B
Importância e práticas comuns, Tabela 2	4,1	3,3	4,1	3,3	4,0	3,3	3,9	3,2	4,0	3,3
Funções do jornalismo, Tabela 3	4,0	3,4	4,0	3,3	4,0	3,6	4,1	3,5	4,0	3,4
<b>TOTAL - MÉDIA</b>	<b>4,1</b>	<b>3,4</b>	<b>4,1</b>	<b>3,3</b>	<b>4,0</b>	<b>3,4</b>	<b>4,0</b>	<b>3,4</b>	<b>4,0</b>	<b>3,3</b>

A Tabela 5 trata de uma autonomia individual quanto as práticas no trabalho jornalístico, e os índices praticamente permanecem no mesmo patamar das práticas comuns em cada jornal, especialmente nos três primeiros questionamentos. A pesquisa expõe um grau moderado de autonomia profissional, devido às múltiplas predominâncias contextuais, em especial da pauta, das fontes, da ética jornalística, do acesso limitado às informações, prazos e políticas editoriais, bem como da influência de supervisores e editores superiores, que limitam o trabalho. Verifica-se que apenas na FSP ocorrem três índices próximos a 4 pontos (muita autonomia); os demais variam de 2 a 3,8 pontos (não muita e pouca).

O item “meu trabalho não tende a ser editado por outros” - média geral de 2,4 - tem um questionamento dúbio, que pode levar à resposta equivocada e gerar um acentuado desvio. A produtividade leva o jornalista contemporâneo a produzir conteúdo pronto, em condições de publicação sem a revisão. Foi-se o tempo do “copidesque”, que além de revisar, reescrevia o texto. Na atualidade, editar, restringe-se ao preparo do material, selecionando, suprimindo ou diminuindo o texto para a veiculação. Cabe ao editor a gestão de uma seção no jornal.

TABELA 5 – Práticas no trabalho jornalístico

Práticas	FSP	OESP	OG	ZH	Geral
Quando tenho uma boa ideia sobre um tema que considero importante, eu consigo que ele seja coberto	4,1	3,8	3,8	3,6	3,8
Tenho bastante ou muita liberdade para selecionar as notícias/histórias em que vou trabalhar	4,0	3,7	3,8	3,7	3,8
Tenho bastante ou muita liberdade para decidir quais os aspectos de uma notícia/história devo enfatizar	4,2	3,8	3,7	3,6	3,8
Meu trabalho não tende a ser editado por outros	2,0	2,6	2,9	2,2	2,4
<b>SUB-TOTAL - MÉDIA</b>	<b>3,6</b>	<b>3,5</b>	<b>3,6</b>	<b>3,3</b>	<b>3,5</b>

Na Tabela 6 percebe-se uma elevação do índice de importância atribuída a si, próximo ao máximo (extremamente), 5 pontos na FSP, em especial na questão do “uso de fatos concretos e dados verificáveis”. Isso porque os elementos do jornalismo - verificar e apurar os fatos -, estruturam uma cultura profissional. A atualidade compreende o factual, o juízo de fato: “o que as coisas são, como são e por que são”, de onde se sucede a notícia. O fato é a matéria-prima do jornalismo e verificação, a busca da autenticidade do fato. A checagem prévia dos fatos busca confirmar ou não uma informação, com o propósito de oferecer uma notícia correta e confiável.

Outros aspectos importantes no texto - “presença de diferentes pontos de vista” (4,7) e “citações de fontes” (4,5) - igualmente demonstram uma alta relevância individual. A mídia é o espaço público do controverso e do contraditório. O jornalista trabalha na aproximação e no entrelaçamento de diferentes pontos de vista de atores diversos e, às vezes, estranhos entre si, para apresentar uma abordagem plural. Sem fontes “não há notícia nem noticiário” e a sua citação torna a narrativa confiável e credível. O crédito e a identificação correta das fontes são princípios da ética jornalística.

TABELA 6 – Aspectos importantes na informação

<b>Aspectos importantes no texto</b>	<b>FSP</b>	<b>OESP</b>	<b>OG</b>	<b>ZH</b>	<b>Geral</b>
Presença de diferentes pontos de vista	4,8	4,5	4,6	4,7	4,7
Uso de fatos concretos e dados verificáveis	5,0	4,9	4,9	4,8	4,9
Citações de fontes	4,6	4,5	4,4	4,4	4,5
<b>SUB-TOTAL - MÉDIA</b>	<b>4,8</b>	<b>4,6</b>	<b>4,6</b>	<b>4,7</b>	<b>4,7</b>

Pela Tabela 7 confirma-se um grau relativo de autodeterminação na percepção dos jornalistas de 4,2 pontos. A FSP apresenta o maior média (4,3), em seguida OESP (4,3), ZH (4,2) e OG (4,2). Quando comparada às práticas jornalísticas, os graus são menores (Tabelas 2 e 3). Mas isoladamente (Tabela 6), a média é bem maior, superior a 0,7 ponto, ou seja, mais de 13%. Portanto, o jornalista atribui a si próprio um grau de “muita” autonomia.

TABELA 7 – Valores importantes para os jornalistas

	<b>FSP</b>	<b>OESP</b>	<b>OG</b>	<b>ZH</b>	<b>Geral</b>
Importância no trabalho jornalístico – A (Tabela 2)	4,1	4,1	4,0	3,9	4,0
Importante nas funções dos jornalistas – A (Tabela 3)	4,0	4,0	4,0	4,1	4,0

	<b>FSP</b>	<b>OESP</b>	<b>OG</b>	<b>ZH</b>	<b>Geral</b>
Importância no trabalho jornalístico – A (Tabela 2)	4,1	4,1	4,0	3,9	4,0
Aspectos importantes na informação (Tabela 6)	4,8	4,6	4,6	4,7	4,7
<b>TOTAL – MÉDIA</b>	<b>4,3</b>	<b>4,3</b>	<b>4,2</b>	<b>4,2</b>	<b>4,2</b>

Na prática profissional o grau de autonomia é considerado menor, “um pouco” (3,4 pontos). Em OG, os jornalistas apontaram uma autonomia praticada maior (4,5 pontos) se comparada à FSP (3,4, próximo da média), ao OESP e ZH (mesmo índice de 3,3). Ao contrário dos aspectos importantes (Tabela 7), na prática profissional há um equilíbrio maior, de 3,4 pontos, ou seja, uma distinção de 0,08 a 0,12 ponto, isto é, de 1,6% a 2,4%. Pela opinião dos jornalistas, no trabalho comum do dia a dia, há “um pouco” de autonomia.

TABELA 8 – Prática profissional comum no trabalho

	<b>FSP</b>	<b>OESP</b>	<b>OG</b>	<b>ZH</b>	<b>Geral</b>
Práticas comuns no trabalho – B (Tabela 2)	3,3	3,3	3,3	3,2	3,3
Práticas nas funções do jornalista – B (Tabela 3)	3,4	3,3	3,6	3,5	3,4
Prática no trabalho jornalístico (Tabela 5)	3,6	3,5	3,6	3,3	3,5
<b>TOTAL – MÉDIA</b>	<b>3,4</b>	<b>3,3</b>	<b>3,5</b>	<b>3,3</b>	<b>3,4</b>

### Considerações finais

Pela pesquisa percebe-se uma nítida diferença entre o que o jornalista considera realmente importante em cada ação jornalística e aquilo que é a prática comum no seu trabalho, ou seja, o que ele realmente faz ou pode fazer. Ao responder sobre o que tem “importância para mim”, o jornalista evidencia, na sua percepção, os ideais da profissão, aquilo que não se refere a uma realidade empírica. Seria como o jornalista dissesse “eu faria assim, mas é feito dessa forma”.

A estimativa do grau de autonomia neste trabalho é resultado das análises dos papéis dos jornalistas nas suas rotinas diárias, da importância que dão para cada prática ou função e quanto são comuns no seu trabalho, bem como pela interdependência. Isso permite antever índices de autonomia que mostram o modo como se comportam e percebem a sua atuação. Nota-se uma clara distinção entre a autonomia pretendida, percebida pelo agente, e outra estabelecida no cotidiano do trabalho.



A pesquisa trabalha com índices escalonados de 1 (nada), 2 (não muito), 3 (um pouco), 4 (muito) a 5 (extremamente). Para melhor ilustrar o conjunto de A-B, transformamos os pontos em percentuais. Conforme demonstram as Tabelas 9 e 10, pode-se afirmar que *o jornalista brasileiro arroga a si um grau de 4,24 pontos de autonomia*. Se transformado em percentual, pode-se estimar que no Brasil, o jornalista se considera 85% autônomo. Mas, se verificadas as práticas comuns no trabalho este índice reduz para 3,4 pontos, ou seja, 68% de autonomia. Isso permite dizer que os jornalistas brasileiros se autodenominam “muito” autônomos, enquanto na prática há “um pouco” de autonomia.

Há uma lacuna de 0,8 ponto ou 17% (Tabelas 9 e 10). Essa diferença é mais evidente no jornal OESP, de 0,9 (19%) e menor em OG (0,7 – 15%). A FSP e ZH ficam um pouco acima da média. Os jornalistas da FSP aferem a si o maior grau de autonomia: 4,3 pontos, o que corresponde a 86% autônomos, índice bem próximo de OESP (4,3 pontos ou 85%), ZH (4,2 pontos ou 84%) e OG (4,2 ou 84%). Mas é no OG o maior índice verificado na prática profissional: 3,5 pontos ou 69% de autonomia, indicativo semelhante da FSP (3,4 ou 68%) e empatados, OESP e ZH (3,3 ou 67%).

TABELA 9 – Diferenças entre ideais e prática - Pontos

	<b>FSP</b>	<b>OESP</b>	<b>OG</b>	<b>ZH</b>	<b>Geral</b>
Grau de autodeterminação dos jornalistas	4,3	4,3	4,2	4,2	4,2
Grau nas práticas profissionais comuns no trabalho	3,4	3,3	3,5	3,3	3,4
<b>DIFERENÇA</b>	<b>0,9</b>	<b>0,9</b>	<b>0,7</b>	<b>0,9</b>	<b>0,8</b>

TABELA 10 – Diferenças entre ideais e prática - Percentual

	<b>FSP</b>	<b>OESP</b>	<b>OG</b>	<b>ZH</b>	<b>Geral</b>
Grau de autodeterminação dos jornalistas	86	85	84	84	85
Grau nas práticas profissionais comuns no trabalho	68	67	69	67	68
<b>DIFERENÇA</b>	<b>17</b>	<b>19</b>	<b>15</b>	<b>18</b>	<b>17</b>

Similar ao projeto *Journalistic Role Performance* (JRP), a pesquisa *Words of Journalism Study* (WJS), realizada em 67 países, entre 2012 e 2016, em um dos tópicos trata da confiança jornalística (intrínseca), bem como das influências percebidas e da autonomia editorial (extrínseca), esta conceituada como a percepção que os jornalistas têm na realização do seu trabalho. No Brasil, sob a coordenação de Sonia Virgínia Moreira (2017), o estudo da WJS

ouviu 376 jornalistas de diferentes mídias, que chegou aos índices de 3,5 (autonomia editorial: prática) e 3,6 (autonomia percebida), bem próximo aos indicadores da pesquisa JRP, (3,4 a 3,5), uma diferença de 0,1 a menos na primeira, no entanto bem maior (4,2 a 3,6), de 0,7 ponto na segunda.

No caso deste artigo, esses indícios se aplicam a jornais de circulação nacional e regional de maior tiragem, que podem ou não se confirmar quando analisados jornais locais, bem como revistas, emissoras de rádio e TV e o jornalismo *online*. Soma-se a dificuldade de estabelecer parâmetros para chegar à fração de autonomia em determinados aspectos e a difícil verificação das pressões e demandas externas ao campo jornalístico, exposto à heteronomia no embate com os campos limítrofes.

Há incerteza quanto a “profissão de jornalista”, entendida como um trabalho especializado e autocontrolado, que não se sustenta apenas na ideologia. Por ser uma “profissão” com limites imprecisos, em vez de “fechamento social”, abre a sua esfera de domínio às entradas jurisdicionais, em especial após o fim da exigência do diploma de jornalista para o exercício da “profissão”, que se transforma inadvertidamente em “ocupação profissional”.

## Referências

ACCARDO, Alain. Pour une socioanalyse des pratiques journalistiques. In: ACCARDO, Alain *et al.* **Journalistes précaires, journalistes au quotidien**. Marseille, 2007. p. 15-80.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre, Zouk, 2007. \_\_\_\_\_ . **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. **Coisas ditas**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. L'emprise du journalisme. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, v. 101, p. 3-9. mar. 1994. Disponível em: <goo.gl/jFFNM8>. Acesso em: 10 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

\_\_\_\_\_. The political field, the social science field, and the journalistic field. In: BENSON, Rodney; NEVEU, Erik. **Bourdieu and the journalistic field**. Cambridge: Polity Press, 2005. p. 29-47.

JRP. **Journalistic role performance around the globe**. Disponível em: <journalisticperformance.org>. Acesso em: 8 ago. 2014.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Lisboa: Edições 70, 2009.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**. São Paulo:

Geração, 2003.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. 4. ed. Florianópolis: Insular, 2012.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro**. Florianópolis: Insular, 2013.

MOREIRA, Sonia V. Journalists in Brazil. **Worlds of Journalism Study**, 30 jan. 2017. Disponível em: <goo.gl/2lczsT>. Acesso em: 30 abr. 2017.

PARLIAMENT. “**Breach of privilege**”. Disponível em: <goo.gl/Xd6oBK> Acesso em: 22 abr. 2017.

RUELLAN, Denis; ADGHIRNI, Zélia L. **O jornalismo como invenção permanente: novas práticas, novos atores**. COLÓQUIO BRASIL-FRANÇA DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 9., 2009, Curitiba. Disponível em: <goo.gl/liVprx>. Acesso em: 15 jul. 2015.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. **Ciência e política: duas vocações**. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

\_\_\_\_\_. Sociologia da imprensa: um programa de pesquisa. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 2, n. 1, p. 13-21, 2005. Disponível em: <goo.gl/ySCFCe>. Acesso em: 10 mar. 2009.